

**ARTIGO****A produção científica sobre as temáticas LGBTQIAP+, HIV/AIDS e educação publicados na América Latina nos últimos 10 anos**

Élida Miranda dos Santos, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Lucas Silva Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Resumo: Esta pesquisa tem como objetivo fazer um balanço da produção de artigos envolvendo as temáticas LGBTQIAP+, HIV/AIDS e suas intersecções com a educação, publicados na América Latina, nos últimos 10 anos. Para isso, analisa-se a produção científica disponível no portal de Periódicos CAPES (2013 – 2022), selecionada a partir dos descritores “Educ and LGBT”, “Educ and HIV”, “Educ and AIDS”. A partir das categorias “concentração de produção”; “eixo temático” e “metodologia”, estas foram analisadas sob a luz do referencial teórico expresso nos trabalhos de Santomé (2011), Paiva (2020), Mbembe (2016) e Sena (2020). Como conclusão da pesquisa é possível afirmar que, dentro da plataforma CAPES, a produção científica sobre as temáticas LGBTQIAP+, HIV/AIDS e educação, encontram-se 96% centradas no contexto brasileiro; sendo publicadas em grande escala nas revistas sobre ciência, educação e saúde; tendo como primazia os eixos temáticos saúde e educação, diversidade sexual e política educacional; utilizando preponderantemente metodologias envolvendo entrevistas e questionários; tendo como foco das análises jovens e professores como os grupos mais analisados; balizando-se de forma majoritária nas contribuições de Judith Butler e Cláudia Pereira Vianna.

PALAVRAS-CHAVE: Educação. LGBTQIAP+. HIV/AIDS. América-Latina.



Introdução

As questões de gênero e sexualidade enfrentam inúmeras resistências para compor o arsenal de conteúdos que constituem o dia a dia da escola e que fazem parte do currículo. Sejam os conteúdos sobre a historicidade do movimento LGBTQIAP+, as críticas com relação a LGBTIfobia, a cisheternormatividade ou a autodeterminação, todos enfrentam resistência por parte de movimentos como o “Escola sem Partido”¹, que dissemina o conceito de “ideologia de gênero”, como parte dos ataques anti-gênero que permeiam a América Latina. Essas resistências atuam diretamente na esfera educacional, promovendo diversos ataques a professores que abordam a temática em sala de aula, promovendo a retirada dos termos gênero e sexualidade de documentos oficiais da educação, entre outras consequências.

Adicionalmente, o avanço do fundamentalismo religioso tem inviabilizado a discussão sobre diversidade, identidade de gênero e a disseminação das estratégias da prevenção combinada das IST²/HIV/AIDS nas escolas. Essa omissão de informações extremamente necessárias e relevantes, desde a infância até a fase adulta, contribui para a ignorância e a manutenção da exclusão deste conteúdo do currículo. Tudo isso, se relaciona de forma direta e compromete o acesso à informação, saúde, o aumento da violência, a manutenção da LGBTIfobia, não só no espaço escolar, mas na sociedade. Trazer as questões de gênero e sexualidade para a centralidade do debate público na educação deixou de ser uma urgência e se tornou também uma dívida histórica.

Desta forma, o presente artigo tem como objetivo fazer um balanço da produção científica envolvendo a temática LGBTQIAP+³, HIV/AIDS⁴ e sua intersecção com a educação, publicada na América Latina nos últimos 10 anos. Essa análise busca investigar de que maneira as temáticas aqui

¹ O movimento escola sem partido teve origem em 2004, pelo advogado Miguel Nagib, que através de um site disponibilizou um modelo de projeto de lei a ser apresentado por vereadores e deputados do Brasil às suas respectivas câmaras ou assembleias, com o objetivo de promover um modelo escolar “neutro”, que incluía, entre outras coisas, retirar o debate de gênero e sexualidade da escola alegando não competir a escola tratar desta temática. Em 2014 mais de 12 projetos com a mesma ideia tramitaram na câmara dos deputados e do senado federal, todos eles foram vetados. Ainda assim, a ideia permanece e ainda é utilizada de diversas maneiras para combater o trabalho com gênero e sexualidade nas escolas.

² A sigla IST’S compreende - Infecções Sexualmente Transmissíveis.

³ Na pesquisa do Portal de Periódicos CAPES utilizou-se a sigla reduzida LGBT (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais), entretanto, neste artigo adotaremos a sigla LGBTQIAP+ (Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais, Queer, Intersexo, Assexuais, Pansexuais) para referenciar a comunidade em sua abrangência.

⁴ A sigla HIV compreende - Vírus da imunodeficiência humana e a AIDS diz respeito a Síndrome da Imunodeficiência Humana.



investigadas estão sendo pesquisadas sob a perspectiva da educação, seus enfoques principais, onde essa produção está mais concentrada, bem como suas potências, lacunas e fragilidades.

A escolha em unir as temáticas LGBTQIAP+, HIV/AIDS e suas intersecções com a educação, é em decorrência do fato de que, apesar de tratarem de assuntos distintos, estão conectados pela perseguição e pelas barreiras em encontrar correspondência com os conteúdos, trabalhos e projetos que são desenvolvidos na escola. Seja nos assuntos referentes à educação sexual ou às questões de gênero, identidade e diversidade, ambos encontram, de uma certa maneira, a resistência em adentrar os muros da escola. Este cenário está descrito com mais profundidade no tópico “gênero, sexualidade e educação”.

Os recortes relacionados a restringir o balanço dos artigos aos filtros relacionados às publicações nos últimos 10 anos e na América latina, se deve ao fato de que o debate em torno das questões de gênero e sexualidade passa por uma constante atualização, haja vista as inúmeras conquistas do movimento LGBTQIAP+ nos últimos anos como, por exemplo, a criminalização da LGBTIfobia como crime equiparado a lei 14.532/2023 de injúria racial, despatologização da transexualidade, retificação de nome e gênero nos registros civis, direito ao uso do nome social sobretudo na saúde, entre outros, e também por considerar a realidade latinoamericana como distinta das outras partes do mundo onde as questões de gênero e sexualidade carregam outros contextos e interlocuções.

A partir destas considerações, o artigo analisa a produção científica contida no Portal de Periódicos CAPES, utilizando os descritores “Educ and LGBT”, “Educ and HIV”, “Educ and AIDS”, a partir da delimitação temporal de 2013 a 2022, para selecionar artigos publicados em periódicos em português ou espanhol, compreendendo toda a América Latina. O processo de seleção dos artigos, bem como a triagem e todo o processo metodológico está descrito detalhadamente no tópico metodologia.

Os resultados obtidos pela pesquisa apontam que os anos de 2015 (4) e 2016 (4) foram os que tiveram mais publicações sobre o tema; a revista que mais contém trabalhos publicados sobre a temática é a "Revista Ciência & Educação" (8); as principais áreas das revistas que mais publicaram são educação (12) e educação e saúde (7); todos os artigos foram publicados em revistas brasileiras; as temáticas mais abordadas foram saúde e educação (7); os autores mais referenciados foram Butler (4) e Viana (4); as entrevistas (7) foram as metodologias mais



utilizadas pelos pesquisadores; os grupos mais analisados foram os professores (4) e os jovens (4). Os resultados são apresentados de forma mais detalhado no tópico resultados e analisados à luz do referencial teórico no tópico considerações finais.

Gênero, Sexualidade e Educação

A despeito dos avanços no debate público sobre sexualidade como um direito fundamental no âmbito escolar e como política de Estado, garantido pela Magna Carta brasileira, de 1988. Hodiernamente, uma ideologia conservadora tem ganhado força, desservindo avanços na gestão pública da educação.

Paiva et al. (2020, p. 4) destaca que

[...] desde 2012, entretanto, retrocessos nas ações de prevenção acumulam-se. O cenário político caminhou na direção oposta à “fórmula de sucesso brasileira”: cristãos ultraconservadores questionaram a educação sexual nas escolas e iniciativas legislativas acusaram abordagens bem-sucedidas de “propagar a ideologia de gênero”. Uma mistura de discursos que não reconheceu a cidadania constitucional que garante liberdade religiosa e o estado laico, ou, ainda, desconheceu que mais da metade das famílias estão fora do modelo tradicional desejado por esses políticos, lembrando os tempos da ditadura e guerra fria. Estimulou-se, novamente, a autocensura nas escolas e encolheu o acesso à educação preventiva baseada na literatura científica e validada nas Nações Unidas (PAIVA et al., 2020, p. 4).

Estratégias em saúde e educação preventiva não deveriam ser pautadas por agendas e ideologias puramente religiosas, com objetivo único de evangelização das massas e em detrimento da laicidade constitucional do Estado.

Nos Estados Unidos, no final dos anos 1970, foram registrados os primeiros casos de AIDS, uma doença que afetava predominantemente homens gays, jovens e brancos. Nessa época, a AIDS causava doenças respiratórias e um tipo raro de câncer de pele chamado "sarcoma de Kaposi". No entanto, os pesquisadores ainda não sabiam a causa dessas doenças e, por falta de conhecimento sobre o agente causador, esses problemas de saúde foram inicialmente chamados de "peste gay" devido à sua prevalência nesse grupo. Essa falta de informação resultou em



estigmatização, criminalização, exclusão social e condenação da sociedade em relação à vivência da sexualidade.

À medida que o processo avançava, os pesquisadores descobriram que outros grupos populacionais também estavam sendo afetados por essas doenças, como homens bissexuais, bebês, imigrantes recém-chegados do Haiti, hemofílicos, receptores de transfusão de sangue, entre outros. No entanto, com o avanço das pesquisas, foi constatado que essas doenças eram oportunistas e surgiam em indivíduos com o sistema imunológico comprometido. No início dos anos 1980, os pesquisadores denominaram esse processo de Síndrome da Imunodeficiência Adquirida (SIDA), conhecida internacionalmente como AIDS.

De acordo com Grangeiro, Silva e Teixeira (2006), o Brasil se tornou referência no combate à epidemia de AIDS no cenário internacional, sobretudo por criar a lei nº 9.313/1996 que dispõe sobre o acesso universal ao tratamento antirretroviral pelo Sistema Único de Saúde - SUS. Embora o Brasil tenha sido pioneiro no tratamento do HIV/AIDS, desde 2010 tem sido observado um aumento no número de infecções, afetando especialmente os jovens. Isso pode ser atribuído, entre outros fatores, à ineficácia das medidas preventivas.

No que diz respeito à inclusão da educação sexual na perspectiva dos direitos humanos, a Organização das Nações Unidas para a Educação no Brasil (UNESCO) estabeleceu diretrizes que regulamentaram essa discussão.

[...] a primeira e mais importante iniciativa do governo federal para a inclusão da sexualidade na perspectiva do gênero como tema legítimo a ser discutido nas escolas foi a publicação, em 1997, dos Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) para o ensino fundamental e, dois anos depois, os PCN para o ensino médio. Esses dois documentos trazem como inovação a proposta de transversalização de temas considerados relevantes para a sociedade nos conteúdos escolares. Entre os temas transversais propostos (ética, pluralidade cultural, meio ambiente, saúde, trabalho e consumo) está a educação em sexualidade (referida no documento como orientação sexual. Ainda que com muita resistência em reconhecer a sexualidade e as relações de gênero como dimensões fundamentais das relações sociais, as políticas educacionais passaram, aos poucos, a incorporar essa dimensão. Dentre essas políticas, destacamos quatro iniciativas federais que têm buscado impactar a educação básica no campo da educação em sexualidade: os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN – 1997 e 1999), a Saúde e Prevenção nas Escolas (SPE – 2003), o Programa Brasil Sem Homofobia – Programa de Combate à Violência e à Discriminação contra GLTB e de Promoção da Cidadania



Homossexual (PBSH – 2004) e o Gênero e Diversidade na Escola (GDE – 2006) (BRASIL. UNESCO, 2014, p. 8).

No entanto, hoje, com a predominância da Base Nacional Comum Curricular (BNCC), que se propõe a ser uma base para toda a educação Básica brasileira, temos no documento de 2017 uma única menção a respeito do trabalho com as questões de gênero e sexualidade na escola. Se pesquisarmos no documento a palavra gênero, das 46 menções encontradas, todas elas fazem referência às questões relacionadas a gênero do discurso e gênero textual. Acerca da palavra sexualidade, 3 menções foram encontradas, e se localizam na área de ciências da natureza. A indicação de forma direta vem na parte de ciência do 8º ano, que denomina como um dos objetivos das habilidades e competências “(EF08CI11) Selecionar argumentos que evidenciem as múltiplas dimensões da sexualidade humana (biológica, sociocultural, afetiva e ética)” (Brasil, 2018, p. 349).

As indicações a respeito do trabalho com gênero e sexualidade na escola ainda aparecem de forma muito tímida e contida nos documentos, não deixando evidente um trabalho amplo, massivo, que perpassa por uma abordagem multidisciplinar e integral. Ainda que seja um ganho ter ao menos uma menção, considerando o contexto de polarização deste debate nas escolas. Ainda assim, se torna insuficiente, se levarmos em consideração que os jovens têm sido atingidos de diferentes formas pela falta de acesso, informação, acolhimento, havendo uma extrema vulnerabilidade diante das questões de gênero e sexualidade.

No Brasil, a infecção pelo HIV/AIDS tem colocado os jovens no centro das vulnerabilidades epidemiológicas, uma vez que esse fenômeno perdura há mais de uma década. De acordo com as estimativas do Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS no Brasil (UNAIDS):

O Brasil é o país da América Latina que mais concentra casos de novas infecções por HIV: 49% das pessoas infectadas, em 2016, eram brasileiras. O dado mais alarmante, entretanto, é que das 4.500 novas infecções pelo vírus HIV em adultos, 35% ocorreram entre jovens de 15 a 24 anos, principalmente jovens gays (BRASIL, UNAIDS, s/d, s/p).^{[1]⁵}

⁵ O referido dado estava disponível no site do UNAIDS <https://www.unaids.org.br>, entretanto, o mesmo não está mais disponível. É possível localizar a mesma referência em matérias de jornais online, <https://conexaoplaneta.com.br/blog/aumenta-numero-de-casos-de-aids-entre-jovens-de-15-24-anos/#fechar>



Consoante Lopes (2003, p. 32), “a epidemia da AIDS atinge de forma mais severa os grupos historicamente excluídos da riqueza social, bem como aqueles que são culturalmente discriminados”. Nesse diapasão, Ayres et al. (2003 *apud* MAIA et al., 2019), entendem que a suscetibilidade à epidemia de HIV/AIDS no Brasil está intrinsecamente ligada a três aspectos inter-relacionados: vulnerabilidade individual, vulnerabilidade social e vulnerabilidade programática.

A vulnerabilidade individual refere-se à qualidade e ao nível de informação que cada pessoa possui, bem como sua capacidade de compreender e aplicar essas informações em seu dia-a-dia. Isso inclui a habilidade de transformar preocupações em práticas de proteção e cuidado pessoal.

O aspecto social vai além do indivíduo e abrange questões relacionadas à educação, comunicação, recursos materiais e culturais, cidadania, exposição a riscos e violência. Está relacionado à maneira como a sociedade assimila e incorpora informações sobre HIV/AIDS em sua vida cotidiana. O terceiro aspecto refere-se às instituições, programas e recursos sociais e públicos essenciais para enfrentar a epidemia de HIV/AIDS, tanto em termos de prevenção quanto de tratamento. Isso envolve ações governamentais, políticas de saúde, acesso a serviços de saúde, programas de educação sexual e distribuição de preservativos, entre outros.

Esses três aspectos - vulnerabilidade individual, vulnerabilidade social e vulnerabilidade programática - estão interligados e desempenham um papel crucial na compreensão e no enfrentamento da epidemia de HIV/AIDS no Brasil.

Segundo a matéria publicada pela Agência de Notícias da AIDS, em 16 de julho de 2019, enfatiza que:

O Brasil vai na direção oposta da média mundial e registra, entre 2010 e 2018, um aumento no número de novas infecções por HIV. Os dados são do UNAIDS, a agência da ONU especializada na epidemia. De acordo com os novos dados, o Brasil apresentou um aumento de 21% no número de novos casos em oito anos. O aumento ainda fez com que a América Latina registrasse, em média, um incremento de 7% nos novos casos de AIDS na região entre 2010 e 2018. Sem o Brasil, a América Latina teria registrado uma queda de 5% no número de novos casos entre 2010 e 2018. Em números absolutos, o Brasil registrou 44 mil novos casos em 2010. Em 2018, esse número foi de 53 mil. Por conta de seu tamanho, o País acabou influenciando a média latino-americana, que viu uma alta de 7% neste período. Em 2018, foram 100 mil novos casos na região, com 35 mil mortes. O Brasil também foi na direção contrária do restante do mundo. Na média, a doença registrou



uma queda de 16% no número de novos casos em oito anos. Em 2018, 1,7 milhões de pessoas foram infectadas pelo vírus no mundo, contra 2,1 milhões em 2010. Em seu auge, em 1997, 2,9 milhões de novos casos eram registrados por ano. Na África do Sul, o número de novos casos caiu 40% desde 2010 (AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS, s/p, 2019).

Apesar do Brasil ter sido pioneiro no tratamento do HIV/AIDS globalmente, tem sido observado um aumento no número de infecções desde 2010, afetando principalmente os jovens. Isso pode ser resultado, entre outros fatores, da ineficácia das medidas preventivas.

O acesso a informações sobre prevenção e tratamento dessas doenças é um direito de todos, garantido pela Constituição Federal de 1988. No entanto, o Estado tem negligenciado o processo de democratização dessas informações, especialmente para as populações-chave e prioritárias no contexto da epidemia de HIV/AIDS, em territórios de segregação socioespacial.

Conforme a UNESCO (2002, p. 66), “a prevenção pela educação será sempre a chave para a redução do índice de novas infecções pelo HIV”. Braga e Romero (2017) investigaram a política de prevenção de AIDS criada e desenvolvida para adolescentes e jovens nas escolas do Brasil, entre 1994 e 2014. Neste artigo, os gestores de escolas justificaram a falha no desenvolvimento das ações de prevenção às IST/AIDS pela “falta de materiais didáticos, a falta de professores capacitados e a não inserção do tema nos projetos político-pedagógicos das instituições de ensino” (RUA; ABRAMOVAY, 2001, pp. 68-69 *apud* BRAGA e ROMERO, 2017, p. 986), para além dos embates envolvendo as questões de religiosidade e conservadorismo.

O Ministério da Educação (BRASIL, 2009, p. 3) destaca que “a troca de saberes que emerge entre a educação e saúde, permite ressignificar a relação que, historicamente, se constituiu” e registra as diferentes adversidades encontradas pelas universidades:

Formação dos profissionais de educação e de saúde; na produção do conhecimento que contemple as articulações entre saúde e educação e na ação extensionista que viabilize ações intersetoriais. Historicamente, saúde e educação têm vivenciado aproximações e distanciamentos, e destes têm surgido algumas experiências que refletem encontros e desencontros, no que diz respeito ao cumprimento das suas missões e do seu papel social (BRASIL. Ministério da Educação, 2009, pp. 3-4).



Não obstante o Ministério da Educação (2006) ter construído diretrizes para implementação do projeto saúde e prevenção nas escolas, os entes federados têm total autonomia para definir se participarão ou não do plano.

Conforme Russo e Arreguy (2014, p. 501), os resultados indicam que “os professores estão distantes dos alunos e da política pública no que se refere à abordagem do tema da sexualidade e distribuição do preservativo masculino nas escolas”. Esse distanciamento também é fruto de uma falta de letramento acerca das questões relacionadas a gênero e sexualidade, que encontram seus bloqueios muitas vezes no conservadorismo e na religiosidade.

O artigo publicado por Genz e colaboradores (2017), por outro lado, demonstra que:

89,2% das meninas e 90,3% dos meninos souberam definir adequadamente o conceito de doenças sexualmente transmissíveis; para 98,5% das meninas e 98,9% dos meninos o uso de preservativo é o método mais eficaz para prevenção dessas doenças. Entretanto, 37,1% das meninas e 30,5% dos meninos referiram o uso de anticoncepcional como método preventivo para doenças sexualmente transmissíveis. (GENZ, et al., 2017, p. 1).

Consoante o Ministério da Saúde, “a sexualidade humana é uma construção social e histórica que se dá segundo padrões e injunções sociais, culturais e políticas” (BRASIL, 2006, p. 12). Os adolescentes no Brasil têm iniciado a vida sexual cada vez mais cedo. Destarte, garantir o acesso a informações corretas sobre prevenção às IST/HIV/AIDS faz-se crucial no sentido de refrear enfermidades e viabilizar qualidade de vida. Conforme descrito por Rangela (2009, p. 63) “a vida saudável, o bem-estar, a vida de qualidade e a vida cidadã são objetivos da educação para a saúde e núcleos da inter-relação de suas dimensões humanas, política e didática”.

Consoante Câmara (2012, s/p), “as estratégias educativas em saúde baseadas em métodos dialógicos e construtivistas favorecem, principalmente, o protagonismo dos adolescentes”, assim,

a promoção da saúde pode colaborar para a revisão das práticas pedagógicas nas escolas uma vez que o diálogo entre os diversos setores e disciplinas, o fomento à participação, a valorização do saber popular e das diversidades, com vistas à equidade, propõem também a revisão de valores morais e sociais, que se expressam na instituição escolar. (BRESSAN, 2011, p. 103).



A sexualidade faz parte do desenvolvimento humano e da convivência social, a educação sexual está relacionada à promoção de direitos humanos, conforme a UNESCO:

[...] a educação em sexualidade pode ser entendida como toda e qualquer experiência de socialização vivida pelo indivíduo ao longo de seu ciclo vital, que lhe permita posicionar-se na esfera social da sexualidade. A educação em sexualidade está presente em todos os espaços de socialização – família, escola, igreja, pares, trabalho, mídia –, mas ocorre de forma pulverizada, fragmentada e desassociada de um plano de sociedade inclusiva baseada nos direitos humanos. Portanto, torna-se relevante a atuação do sistema educacional na tarefa de reunir, organizar, sistematizar e ministrar essa dimensão da formação humana (UNESCO, 2013, p.7).

No âmbito da discussão dos direitos e da saúde sexual e reprodutiva no ambiente escolar com os jovens, dois dos principais desafios são o fundamentalismo religioso e a defesa da proposta da "escola sem partido". Essas posturas ideológicas de controle têm representado um obstáculo para uma convivência crítica e democrática no país, resultando em violações do direito constitucional à vivência da sexualidade, incluindo o acesso a informações sobre promoção, prevenção e tratamento na área da saúde. Para Paiva, et al.,

[...] resta observarmos se a interdição do debate sobre sexualidade na escola conseguirá ser manejada como um tabu, como na ditadura. Ou se duas décadas de programas de Aids tratados como políticas de estado, e não de governo, assim como experiências bem-sucedidas de proteção de duas gerações de jovens, serão apagadas da experiência da geração dos agora adultos-jovens, que hoje são também pais e professores (PAIVA et al, 2020, p. 12).

De acordo com Santomé (2011), o currículo escolar é excludente, pois negligencia e silencia a diversidade de gênero, classe e raça, moldando a sociedade em um único padrão representado pelo homem branco, heterossexual, magro, de classe média e urbano. Grande parte daquilo que se diferencia desse padrão é considerado inferior e marginalizado. Desta forma, Santomé (2011) destaca outras estratégias que contribuem para que o currículo escolar desempenhe o papel de impor uma visão única da sociedade, como a falta de conexão que trata a diversidade de gênero e sexualidade como um tema isolado no currículo escolar, sem correlação e problematização com a complexidade social; a apresentação unilateral de livros e recursos pedagógicos, que anulam a



análise crítica; e o paternalismo e a falsa tolerância que retratam o outro, o diferente, como inferior e necessitado de caridade e doações.

Segundo Neves e Gomes (2016), a educação sexual não beneficia apenas os estudantes, mas também a sociedade como um todo, pois torna os alunos menos preconceituosos em relação à diversidade sexual e mais conscientes em relação à sua saúde sexual e à saúde de seus parceiros. Ao democratizar o acesso às informações sobre direitos e saúde sexual, ocorre uma emancipação do corpo, o que resulta em relações mais harmônicas e inclusivas no ambiente escolar e nos serviços de saúde, com menos poder de indivíduos e grupos sobre o corpo do outro.

Santomé (2011) considera que trabalhar com a diversidade na escola possibilita que ela se torne um espaço de união, onde todos possam se respeitar em suas diferenças, contribuindo para a erradicação de atitudes preconceituosas, incluindo a LGBTIfobia que desde 2019, o Supremo Tribunal Federal – STF considera por lei crime imprescritível e inafiançável.

No entanto, quando o Estado não democratiza o acesso aos serviços de saúde especializados e às informações sobre prevenção de IST/HIV/AIDS para populações em situação de maior vulnerabilidade epidemiológica, consolida-se a necropolítica, conforme descrito por Mbembe,

[...] a expressão máxima da soberania reside, em grande medida, no poder e na capacidade de ditar quem pode viver e quem deve morrer. Por isso, matar e deixar viver constituem os limites da soberania, seus atributos fundamentais. Ser soberano é exercer controle sobre a mortalidade e definir a vida como a implantação e manifestação de poder (MBEMBE, 2016, p. 123).

Sena (2020), ao abordar corpos dissidentes na Amazônia Atlântica, também discute a falta de educação em sexualidade e suas consequências. O pesquisador aponta que devido à LGBTfobia vivenciada nos espaços familiares, escolares e de saúde, a população LGBTQIAP+ encontra-se ainda mais distante dos conhecimentos e cuidados em saúde sexual em comparação com outros segmentos da sociedade.

Loutzenheiser e Moore (2011) afirmam que tornar as escolas mais seguras para estudantes gays e lésbicas vai além de lidar com questões individuais relacionadas à LGBTfobia. Segundo as autoras, é necessária uma abordagem sistêmica para enfrentar o assédio homofóbico e o heterossexismo. Elas enfatizam que uma abordagem sistêmica permite questionar a relação de desigualdade, privilégio e poder que geralmente o agressor acredita possuir. O agressor se considera superior à vítima por se



sentir poderoso e privilegiado dentro dos padrões da sociedade heteronormativa (GOLDSTEIN et al., 2007) Continuam:

[...] O foco no indivíduo perpetua a noção de que os problemas das escolas resultam daqueles indivíduos que não se conformam às normas sociais, mais do que à predominância opressiva de tais normas sistêmicas sobre a construção dos indivíduos. (LOUTZENHEISE, MOORE, 2011, p. 182).

Apesar da ausência de educação sexual nas escolas, os casos de LGBTfobia continuam sendo tratados, em sua maioria, de forma individual no ambiente escolar. Sena (2020) aponta a existência de estratégias de resistência micropolíticas, no entanto, o padrão oficial de LGBTfobia, inclusive promovido pelo Estado, torna os corpos dissidentes LGBTQIAP+ vulneráveis ao risco de morte.

Além disso, Sena descreve a presença da bionecropolítica (Lima, 2018), que resulta na negação ou no desprezo pelas demandas específicas de saúde e sexualidade da população LGBTQIAP+. Essa inação estatal expõe a contradição do sistema capitalista, que reconhece a necessidade de políticas específicas para os cuidados de jovens, negros, pessoas trans e travestis, mas não oferece serviços públicos adequados ou os oferece de forma deficiente. Dessa forma, o sistema capitalista, com a conivência do Estado, acaba levando à morte um número significativo de pessoas consideradas dispensáveis para a manutenção do capital.

Parte deste processo tem origem em como o preconceito se manifesta através dos indivíduos, agindo pela estrutura macro como um fenômeno social. A civilização e a cultura que dela decorrem são simultaneamente racionais e irracionais. Elas produzem irracionalidade e, muitas vezes, em detrimento do progresso, alimentam-se da destruição do outro. O preconceituoso, antes de tudo, é alguém temeroso, alguém que tem medo e, ao mesmo tempo, oculta uma atração inconfessada pelo desconhecido e pelo diferente, que lhe aparecem como proibição, seja no contexto sexual, político ou nos valores morais.

O mecanismo que a ordem totalitária põe a seu serviço é tão antigo quanto a civilização. Os mesmos impulsos sexuais que a raça humana reprimiu souberam se conservar e se impor num sistema diabólico, tanto dentro dos indivíduos, quanto dos povos, na metamorfose imaginária do mundo ambiente. (HORKHEIMER e ADORNO, 1985, p. 88).



A despeito das inúmeras tentativas históricas de apagar as dissidências de gênero e sexualidade, estas insurgem como resistências nos mais variados tempos históricos para provar sua busca pela liberdade e pela emancipação humana. Ainda que muitas vezes o Estado, as instituições, as religiões e outros aparatos sociais queiram negar a sua força. As dissidências, ainda que apagadas, estão resistindo e abrindo frestas, fazendo nascer neste velho mundo novas pulsões educativas, pedagógicas, ontológicas, estão promovendo uma nova forma de pensar o espaço educacional.

A educação desempenha um papel fundamental na busca pela emancipação, conforme preconizado pela perspectiva iluminista, na qual se busca educar as massas e promover autonomia, favorecendo a prevalência do esclarecimento e a superação da racionalidade dominante. O preconceito é uma tendência que se manifesta no indivíduo, mas reflete, ainda mais, a sociedade em que ele se desenvolve. Para combater efetivamente o preconceito, é necessário promover mudanças estruturais na sociedade capitalista.

Segundo Horkheimer e Adorno (1985), há um potencial de libertação e esclarecimento que, infelizmente, tem sido convertido novamente em dominação. Portanto, a ação política deve se voltar para recuperar o potencial revolucionário, transformador e emancipador do esclarecimento.

A epidemia de HIV/AIDS continua sendo um problema de saúde pública. Esse cenário é resultado de múltiplas dimensões e facetas, como racismo, LGBTIfobia, pobreza, violência, machismo, discriminação, sexismo, estigma e criminalização, que contribuem significativamente para dificultar a garantia dos princípios de universalidade, equidade e integralidade preconizados pelo Sistema Único de Saúde. Isso impede o acesso integral à saúde e o pleno exercício dos direitos de cidadania. A educação desempenha um papel crucial na disseminação de informações científicas qualificadas, livres de estigma, preconceito e discriminação.

É perceptível que, historicamente, o estigma acerca do HIV/AIDS recaiu sobre a população LGBTQIAP+, independente dos momentos históricos onde os maiores alvos foram as populações cisgêneras e heterossexuais. No entanto, falar de gênero e sexualidade é também falar de saúde sexual, assim como sobre questões políticas, históricas e sociais, mencionando como a cisheternormatividade criou desigualdades de gênero e sexualidade ao longo da história do mundo. O que se quer com essa pesquisa ao unir essas temáticas não é contribuir com o estigma, ao contrário, objetiva-se perceber de que maneira ambas são barradas,



invisibilizadas e estigmatizadas de modo a não serem pensadas e incluídas nas pautas da educação.

Fazer esse balanço é de extrema importância para a educação pensando que, de acordo com a “Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Educacional no Brasil” (2016), quando:

Foi perguntado para os/as estudantes da nossa pesquisa se já haviam sido expostos/as a representações de pessoas LGBT, ou à história ou a eventos LGBT durante aulas na instituição educacional. Mais da metade (56,9%) dos/das respondentes afirmaram que esses assuntos não eram abordados na sala de aula e 16,7% afirmaram que foram ensinadas apenas informações negativas. Cerca de um quarto (20,2%) dos/das estudantes disseram que tópicos LGBT foram discutidos apenas de maneira positiva em uma ou mais aulas – 16,7% afirmaram que foram ensinadas apenas informações positivas e 6,2% afirmaram que foram ensinadas informações positivas e negativas (ABGLT, 2016, p. 57).

A partir da pesquisa e de todas as considerações trazidas acima, é notório que as questões envolvendo gênero, sexualidade, população LGBTQIAP+, HIV/AIDS, carrega historicamente uma necessidade intrínseca de reparação do estado e de ampliação das suas múltiplas dimensões e facetas na educação. Como já trazido anteriormente por Mbembe (2016), deixar viver ou deixar morrer é uma escolha consciente, que impacta diretamente nas populações mais vulneráveis, atravessadas por gênero, classe e raça.

Os avanços do movimento LGBTQIAP+ na América Latina foram acompanhados por discursos e ataques anti-gênero, que fomentam a LGBTIfobia e tem impacto direto na educação. Essa narrativa vem acompanhada da negação das vidas LGBTQIAP+, principalmente as de pessoas trans e travestis, o que corrobora para a criminalização das discussões de gênero e sexualidade, inclusive na escola. Uma dessas negações é a criação do termo ideologia de gênero, que faz referência direta a um ataque contra os debates de gênero e sexualidade na escola, alegando que esta ação tem como objetivo induzir crianças e adolescentes a se tornarem pessoas LGBTQIAP+. No entanto, esse movimento não é recente.

Assim, ainda que o conceito ideologia de gênero apareça em produções acadêmicas desde a década de 1990 nas produções de teses, dissertações e artigos, a análise de seu uso como compondo o cenário das táticas de política antigênero aparece nas pesquisas acadêmicas em 2014. Luanna Silva (2019) acredita que o aumento desses estudos refletem os ataques e a retirada, dos Planos de Educação Nacional



estaduais e municipais, do termo gênero, orientação sexual, identidade de gênero e diversidade sexual. Parte dos estudos esteve pautado em pesquisar as origens do termo e sua origem transnacional mas focando principalmente no contexto político brasileiro e o que fez emergir e estruturar a proliferação e sustentação (SILVA, 2019). Por sua vez, a utilização em si do termo política antigênero aparece em publicações brasileiras em 2017, sendo apresentada como um conceito mais amplo que dá conta não só da presença dos fundamentalismos em suas articulações políticas e econômicas, mas diz de sua expansão de ações de ultra-direita para vários setores, dentre eles também o do conhecimento [...] (OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 5).

Assim, é notável que a utilização do termo ideologia de gênero como forma de impedir o debate de gênero e sexualidade na escola está diretamente ligado às posições fundamentalistas e conservadoras da direita, utilizadas dentro do contexto dos ataques anti-gênero, com incidência direta na política e por consequência, nos documentos e parâmetros da educação. Para exemplificar o que estamos chamando aqui de ataques anti-gênero, uma ação de monitoramento realizada pela Associação Brasileira de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis, Transexuais e Intersexos (ABGLT) em 2022, mapeou ao menos 44 projetos de Lei contrários o uso de banheiro por pessoas trans, onde ao menos 10 foram aprovados como lei e estiveram vigentes até 2022⁶.

Esses ataques anti-gênero estão presentes na política, nas escolas e universidades, no ódio aos movimentos sociais e demais formas de ativismo, ainda mais quando as pautas ditas “identitárias” adentram o espaço da universidade, quando corpos não pensados para essas estruturas cruzam a porta de entrada, quando as cotas trans são aprovadas, quando a linguagem não binária é utilizada, quando as universidades e os movimentos sociais se unem e trocam saberes e abrem espaços para novas possibilidades de alianças e construções.

Por isso, essa aproximação entre universidade e movimento social foi historicamente lugar de muitas tensões, debates e disputas. Para muitas pessoas essas eram áreas que não dialogavam ou não tinham nenhuma possibilidade de interlocução, visto que executavam trabalhos distintos. No entanto, com a entrada de ativistas e pessoas do próprio movimento social na academia esse debate alcança um outro lugar e é então que o mundo acadêmico passa a perceber que, para além de possível, essa é uma articulação potente e necessária, já que:

⁶ Disponível em: <https://antrabrazil.org/2023/08/28/antra-nota-tecnica-banheiro-pessoas-trans/>



A produção de conhecimento é interligada por distintos sujeitos e instituições, não se pauta apenas na construção científica e universitária, e pode chegar até as universidades por meio da sociedade civil. Historicamente, no âmbito transnacional, e também no Brasil, vários movimentos sociais foram importantes para produção de pesquisas, inserção de objetivos, tradução e circulação de textos e mais materiais acadêmicos, que os colocam na rota de produção de saber. Haraway (1995), Mignolo (2004), Boaventura de Souza Santos (1988) trabalham esse tema ao apontar a importância dos movimentos sociais, e de intelectuais específicos vinculados aos movimentos sociais, para revisão e expansão da ciência enquanto um espaço pluriversal, e com uma objetividade mais abrangente. De forma mais ampla, podemos ver essa importância como resultado da inserção de marcadores identitários como classe social, gênero, idade e raça nas diversas áreas da ciência, e uma produção maior de pesquisas e investigação vinculada às temáticas étnico-raciais, de sexualidade, gênero, violência contra mulher, direitos humanos, masculinidade, racismo, interseccionalidade dentre outros (OLIVEIRA; SILVA, 2020, p. 5).

Prova desta transição é como as temáticas consideradas erroneamente como pessoais, identitárias, emocionais, subjetivas, entre outros nomes utilizados para desqualificar pesquisas que trabalham com as questões de raça, gênero e sexualidade, estão avançando e provando o seu caráter estrutural na sociedade. A crescente utilização dos termos racismo estrutural, branquitude, cisgeneridade, transfeminicídio, travestício, entre outros, demarcam esse caráter estrutural que vai muito além da identidade. Reconhecer que é possível dialogar academicamente com as diversas formas de luta e ativismo é uma forma de romper o negacionismo científico e os ataques anti-gênero.

Por isso, a presença das pessoas LGBTQIAP+ no espaço acadêmico, principalmente as travestis, mulheres e homens transexuais, pessoas trans não binárias, entre outras identidades, desestabilizou a lógica cisheteronormativa presente nas pesquisas acadêmicas e na constituição dos currículos das universidades. São presenças que vieram confrontar a ciscolonialidade⁷ do saber nas universidades brasileiras, que por muito tempo tratou as questões de gênero e sexualidade com

⁷ Segundo Vergueiro (2016, p. 265) “a organização cisnormativa de ideias morais e familiares é indissociável dos históricos projetos coloniais europeus, cristãos, branco-supremacistas, projetos que instaura(ra)m diferentes formas de colonialidade contra diferenças étnico-raciais, cosmogônicas e de interpretações socioculturais sobre corpos e identidades de gênero. Daí a importância de atrelar os entendimentos e análises sobre cisnormatividade às colonialidades históricas que ainda hoje fundamentam determinadas normatividades.”



superficialidade ou até mesmo como inexistente. Elas trouxeram, para além da representatividade, uma excelência acadêmica e epistêmica, que fez com que, ao longo desses anos, tivéssemos uma rede de produções sobre gênero e sexualidade constituindo outros saberes e outros paradigmas. Por isso, nesta pesquisa, escolhemos nos debruçar sobre a produção científica acerca destas temáticas, por entender que assim como os ataques e perseguições crescem, crescem também as resistências, propostas e estratégias para a expansão daquilo que se quer conter.

Metodologia

Para construir esta pesquisa, o primeiro passo foi escolher o Portal de Periódicos da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), considerando que é um dos maiores acervos científicos virtuais do país. Esse portal reúne e disponibiliza conteúdos produzidos nacionalmente, além de assinaturas com editoras internacionais para instituições de ensino e pesquisa no Brasil. Em seguida, foi realizado o segundo passo, que consistiu em realizar a busca por descritores e aplicar filtros que nos permitissem encontrar artigos sobre a temática escolhida, publicados na América Latina nos últimos 10 anos.

O descritor "Educ and LGBT" foi utilizado para captar produções relacionadas à comunidade LGBTQIAP+ de forma geral, bem como pesquisas relacionadas à educação. Por se tratar de uma sigla que é utilizada de diferentes formas, dependendo do período ou das escolhas políticas, optou-se por manter o radical LGBT, visando abranger as produções que utilizam essa sigla tanto estendida quanto reduzida. Utilizando os filtros "periódico revisado por pares", "artigos", "português", "espanhol", "2013 a 2022", foram encontrados 19 artigos. Após a leitura dos títulos e a exclusão daqueles em inglês, que não se correlacionavam com o tema, com o filtro da pesquisa e/ou não faziam parte dos países da América Latina, restaram 13 artigos.

O descritor "Educ and HIV" foi utilizado para captar produções relacionadas à temática do HIV de forma geral, bem como pesquisas relacionadas à educação. Utilizando os mesmos filtros mencionados anteriormente, foram encontrados 31 artigos. Após a leitura dos títulos e a exclusão dos artigos em inglês que não se relacionavam com o tema, com o filtro da pesquisa e/ou não faziam parte dos países da América Latina, restaram 2 artigos. No entanto, esses artigos referiam-se aos anos 2003 e 2006, embora tenham aparecido como publicados entre 2013 e 2022, o



que os excluiu da análise. Dessa forma, nenhum artigo sobre HIV e educação foi incluído na pesquisa.

O descritor "Educ and AIDS" foi utilizado para captar produções relacionadas à temática da AIDS de forma geral, bem como pesquisas relacionadas à educação. Utilizando os mesmos filtros mencionados anteriormente, foram encontrados 150 artigos. Após a leitura dos títulos e a exclusão dos artigos em inglês que não se relacionavam com o tema, com o filtro da pesquisa e/ou não faziam parte dos países da América Latina, restaram 14 artigos.

Dessa forma, após todo o processo de busca, restaram 27 artigos a serem analisados em relação às temáticas LGBTQIAP+, HIV/AIDS e sua intersecção com a educação, publicados na América Latina nos últimos 10 anos. Todo o material levantado foi organizado de acordo com as categorias "concentração de produção", "eixo temático" e "metodologia", a fim de sistematizar e analisar o conjunto de ideias.

Resultados

Na categoria "concentração de produção", o foco da análise foi identificar, em relação à produção científica sobre LGBTQIAP+, HIV/AIDS e educação, qual foi o ano de maior número de publicações, as revistas que mais publicaram esses trabalhos, as áreas principais dessas revistas e os países com maior número de publicações. Assim, foi possível identificar que os anos de 2015 (4), 2016 (4) e 2019 (3) foram os que tiveram mais publicações.

As revistas que mais contêm trabalhos publicados sobre essa temática são a "Revista Ciência & Educação" (8) e a "Revista Brasileira de Educação Médica" (6). As principais áreas das revistas que mais publicaram são educação (12) e educação e saúde (7). Todos os artigos foram publicados em revistas brasileiras, e todas as análises se concentraram na realidade educacional no Brasil, com exceção de um único artigo que analisou o sistema escolar chileno.

Na categoria "eixo temático", o objetivo foi identificar as temáticas predominantes nas publicações e os autores mais utilizados como referência. As temáticas mais abordadas foram saúde e educação (7), seguidas por diversidade sexual (4) e políticas educacionais (4).

De modo geral, as temáticas e problematizações trabalhados nos artigos envolvem: gênero e sexualidade nos planos estaduais e distrital de educação; educação de saúde LGBTQIAP+ no ensino remoto; vivências e os sentidos do bullying; diversidade sexual e movimentos sociais da



educação; políticas públicas da educação sobre diversidade sexual e de gênero; práticas escolares heteronormativas; LGBTIfobia nos cursos de medicina; diversidade de gênero e sexualidade nos planos municipais de educação da região do ABC; efeitos dos discursos sobre as (homo)sexualidades e o HIV/AIDS na formação médica; Espaços educativos e produção das subjetividades LGBTQIAP+; diversidade sexual e ensino de ciências; repressão da diversidade sexual e de gênero no sistema escolar chileno; professoras transexuais e travestis no contexto escolar; uso de aplicativo móvel no conhecimento sobre vírus da imunodeficiência humana entre universitários; relação entre ética médica e HIV/AIDS; discursos sobre as homossexualidades e HIV/AIDS na formação médica; estigma e discriminação vividos na escola por crianças e jovens órfãos por AIDS; abordagem da sexualidade nos livros didático do PNLD; conhecimento prévio sobre HIV/AIDS dos alunos de medicina; Relatos de caminhoneiros sobre a prevenção do HIV e o material educacional impresso; o que dizem os cientistas e os livros didáticos sobre o HIV/AIDS; sexualidade e prevenção de jovens católicos; desenvolvimento de uma proposta de educação sexual para adolescentes.

Quanto à categoria "metodologia", o objetivo foi identificar as abordagens metodológicas mais utilizadas nas produções e os grupos mais analisados dentro dessas metodologias. Em relação aos tipos de coleta, as entrevistas (7) e os questionários (6) foram as metodologias mais utilizadas pelos pesquisadores. Os grupos mais analisados foram os professores (4) e os jovens (4).

Considerações finais

De acordo com as categorias de análise, é possível perceber que o Brasil se concentra como o país que mais abriga a produção acerca da temática LGBTQIAP+, HIV/AIDS e educação. No entanto, essa produção ainda se concentra em sua maioria na área da saúde, como pode ser observado pelas revistas e áreas temáticas que abrigam a maior parte das produções.

Uma das hipóteses levantadas, é em decorrência do Programa de AIDS Brasileiro ser referência global no enfrentamento da epidemia, com a possibilidade de acesso às ferramentas de prevenção, diagnóstico e tratamento pelo SUS e sobretudo por garantir através da lei nº 9.313 - 1996 o acesso ao tratamento antirretroviral. “A resposta brasileira à epidemia de AIDS se configurou em exemplo para o mundo em razão da



implementação de políticas públicas de prevenção, tratamento e direitos humanos” (HENRIQUES, MIRANDA, 2018, p. 151).

A história de atuação das organizações da sociedade civil que atuam no campo do HIV/AIDS, baseia-se, “[...] num modelo de inovação apoiado no tripé da forte incidência em políticas públicas e no desenvolvimento de ações educativas massivas” (HENRIQUES, MIRANDA, 2018, p. 154). Todo esse contexto influencia a produção em grande escala sobre as temáticas analisadas em relação à área da saúde.

A diversidade de temáticas trabalhadas demonstram as inúmeras possibilidades de interseccionar gênero, sexualidade, HIV/AIDS e questões LGBTQIAP+, da educação básica ao ensino superior.

Em seguida da temática saúde e educação, que ocupa o primeiro lugar no ranking das temáticas dos artigos analisados, diversidade sexual e políticas educacionais aparecem em seguida como as temáticas mais abordadas pelas pesquisas. Esses campos se interseccionam, uma vez que a presença de corpos dissidentes no campo da educação é marcada, historicamente, pela exclusão, violência e interdição da educação formal. Isso torna esses corpos insustentáveis e invisíveis, levando a maioria das pessoas abrangidas pelo acrônimo a extrema vulnerabilidade socioeconômica, epidemiológica, sanitária, ambiental e dentre outros marcadores de exclusão social, resultando na falta de acesso à educação formal e, conseqüentemente, dificuldades maiores em ingressar no mercado de trabalho ou recorrer à prostituição como principal forma de sobrevivência, no caso das travestis e mulheres transexuais.

Assim, a produção de artigos sobre diversidade sexual e políticas educacionais se intersecciona com o objetivo de promover um sistema de garantia de direitos voltados para a inclusão social da população LGBTQIAP+ no sistema educacional brasileiro, bem como para todas as pessoas dissidentes afetadas pela cisheteronormatividade. No entanto, a produção desses artigos tem como premissa ampliar o debate público para garantir o direito à cidadania plena por meio do Estado democrático de direito, reconhecendo a educação como uma das portas de entrada para a ascensão social em sua integralidade.

Nesse sentido, é fundamental enfatizar que durante a era Bolsonaro (2019-2022), o contexto nacional foi de um franco ataque aos direitos humanos. O Brasil alinhou-se às posições mais conservadoras em relação aos direitos da população LGBTQIAP+, especialmente em relação aos negros, indígenas, defensores dos direitos humanos e pessoas vivendo com HIV/AIDS. Isso ocorreu juntamente com o sucateamento do



orçamento das universidades, das bolsas de pesquisa e de diversos tipos de apoio à produção do conhecimento científico.

Butler e Viana surgem como as autoras mais citadas nos textos. Judith Butler é uma das grandes referências no campo de gênero e sexualidade, produzindo teoria queer para pensar os corpos dissidentes e seu lugar no mundo, assim como formas de resistir e se afirmar. Sua produção é citada em diferentes publicações e em períodos distintos, justificando o impacto de suas obras nesta área por sua ampla utilização nas pesquisas. O mesmo acontece com Cláudia Viana, que vem se consolidando como uma referência para pensar questões de gênero e sexualidade em relação à educação, conduzindo grupos de pesquisa nessa temática, publicando e organizando textos e coletâneas.

No que diz respeito aos grupos mais analisados, os professores e os jovens aparecem como os mais requisitados para entrevistas, questionários e outras metodologias. Isso dialoga com os dados trazidos anteriormente pelo UNAIDS, onde a juventude tem estado no topo das vulnerabilidades epidemiológicas. Em diálogo com o Atlas da Violência (2021), é possível identificar, a partir dos gráficos relativos à idade das vítimas LGBTQIAP+, que "[...] a juventude é o período de maior vulnerabilidade à violência. Evidenciam também que é no período de formação da identidade, na adolescência, o ponto mais alto da vulnerabilidade das pessoas LGBTQIAP+" (p. 65).

Com relação aos professores, de acordo com o Grupo Gay da Bahia (2022), no quadro sobre "Profissão/Ocupação de LGBT+ vítimas de morte violenta no Brasil em 2021", 24 professores morreram em decorrência da LGBTIfobia (p. 41). Esse dado alarmante revela que ocupar o cargo de docente não protege as pessoas LGBTQIAP+ da violência, do preconceito, da discriminação, da LGBTIfobia e dos assassinatos. O dossiê também menciona o caso chocante da jovem trans Karon, de 13 anos, assassinada por um adolescente de 17 anos, a pauladas, chutes e socos, em Camocim (CE), "no dia 04 de janeiro de 2021, execução ainda mais chocante ao sabermos o motivo: a cobrança de uma dívida de R\$ 50,00 (cinquenta reais) decorrente de um programa sexual não pago pelo agressor, que, sem o recurso para quitar o combinado, trucidou-a" (p. 36).

O Brasil é o país que mais mata travestis e transexuais no mundo. Além do alto índice de mortalidade, esses grupos acumulam, dentro da população LGBTQIAP+, a menor expectativa de vida, os menores níveis de escolaridade e a maior taxa de evasão escolar. Com pouca qualificação e perseguidas pela rejeição social, as pessoas trans têm escassa representatividade no mercado de trabalho, e muitas delas precisam



recorrer à prostituição como principal forma de garantir a subsistência. Esse ciclo de exclusão, segundo a ANTRA (2023), inicia-se na família, continua na educação, passa pelo trabalho, saúde, política e culmina na violência que leva à morte.

Portanto, é incontestável que o acesso à informação é a única forma de assegurar direitos e dignidade, além de capacitar e fortalecer a luta contra a LGBTIfobia, a desigualdade social e a falta de acesso institucionalizado nas regiões periféricas, tanto geograficamente quanto ideologicamente, do Brasil atual. Além disso, é essencial fazer valer os princípios estabelecidos pela Constituição. Nesse sentido, democratizar o acesso às informações sobre diversidade, identidade de gênero, orientação sexual, direito à saúde sexual e reprodutiva e saúde preventiva, em um contexto de aumento drástico dos casos de infecção por HIV/AIDS, é fundamental para garantir o pleno exercício dos direitos de cidadania da população LGBTQIAP+ e erradicar a LGBTIfobia no país. Essa abordagem é simplesmente uma manifestação do direito constitucional à vida.

Referências

ABGLT. *Pesquisa Nacional Sobre o Ambiente Escolar no Brasil*. 2016. Disponível em: <http://static.congressoemfoco.uol.com.br/2016/08/IAE-Brasil-Web-3-1.pdf>. Acesso em: 02/06/2023.

Benevides, Bruna G. *Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022*. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023. 109p

AGÊNCIA DE NOTÍCIAS DA AIDS. *Dados da ONU: Na contramão do mundo, Brasil tem aumento de 21% de novos casos de AIDS em 8 anos*. São Paulo, Junho, 2019. Disponível em: <http://agenciaaids.com.br/noticia/dados-da-onu-na-contramao-do-mundo-brasil-tem-aumento-de-21-de-novos-casos-de-sids-em-8-anos/>. Acesso em 30 jun. 2023.

BRAGA. Mariana, Romero. Luiz. A política brasileira de prevenção da Síndrome da Imunodeficiência Adquirida na escola (1994–2014). E o papel da Organização das Nações Unidas para a educação, a ciência e a cultura. *Educação e sociedade*. Campinas, v. 38, n.º. 141, p.983-997, out. -



dez., 2017. Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v38n141/1678-4626-es-es0101-73302017166435.pdf>. Acesso em 30 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Saúde. Secretaria de Vigilância em Saúde. Programa Nacional de DST e AIDS. Diretrizes para implantação do Projeto Saúde e Prevenção nas Escolas / Ministério da Saúde, Secretaria de Vigilância em Saúde. – Brasília : Ministério da Saúde, 2006. 24 p. Disponível em: http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/publicacoes/diretrizes_prevencao_escolas.pdf. Acesso em 30 jun. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. Base Nacional Comum Curricular. Brasília, 2018. Acesso em 30 jan. 2024.

BRASIL. Ministério da Educação. Saúde e educação: uma relação possível e necessária. Ano XIX boletim 17 - novembro/2009. Disponível em: <http://portaldoprofessor.mec.gov.br/storage/materiais/0000012177.pdf>. Acesso em 30 jun. 2023.

BRASIL. UNESCO. *AIDS: o que pensam os jovens*. Brasília, 2002. 88p. Disponível em: <https://portolivre.fiocruz.br/aids-o-que-pensam-os-jovens>. Acesso em 30 junh. 2023.

BRASIL. UNESCO. *Orientações técnicas de educação em sexualidade para o cenário brasileiro: tópicos e objetivos de aprendizagem*. Brasília: UNESCO, 2014. Disponível em: <https://unesdoc.unesco.org/ark:/48223/pf0000227762> Acesso em 30 jun. 2023.

BRASIL. *Programa Conjunto das Nações Unidas sobre HIV/AIDS (UNAIDS)*. Disponível em: <https://unaids.org.br>. Acesso em 30 jun. 2023.

BRESSAN. Aline. Dissertação Mestrado: *A participação juvenil no Projeto saúde e prevenção nas escolas: contribuições da análise documental para a identificação de estratégias de promoção da saúde*. Fiocruz. Fundação Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro, 2011. Disponível em: <https://www.arca.fiocruz.br/bitstream/icict/24303/1/1019.pdf>. Acesso em 30 jun. 2023.



CÂMARA. Sheila. Dissertação Mestrado: *Vulnerabilidades dos adolescentes à transmissão sexual do Hiv/AIDS: uma análise no contexto do Programa Saúde na Escola*. Universidade Federal do Ceará, 2012.

Cerqueira, Daniel. *Atlas da Violência*. São Paulo: FBSP, 2021.

GENZ N, Meincke SMK, Carret MLV, Corrêa ACL, Alvez CN. Doenças sexualmente transmissíveis: conhecimento e comportamento sexual de adolescentes. *Texto contexto enfermagem*, 2017; 26(2):e5100015. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-07072017000200311&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso: 30 jun. 2023.

GRANGEIRO A, Laurindo da Silva L, Teixeira PR. *Resposta à AIDS no Brasil: contribuições dos movimentos sociais e da reforma sanitária*. *Revista Panam Salud Publica*. 2009; 26(1): 87–94. Disponível em: [http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0409/pdfs/IS29\(4\)115.pdf](http://bvsmms.saude.gov.br/bvs/is_digital/is_0409/pdfs/IS29(4)115.pdf). Acesso: 30 jun. 2023.

HORKHEIMER, Max; ADORNO, Theodor W. A indústria cultural: o esclarecimento como mistificação das massas. In: _____. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1985.

HENRIQUES Harley.; MIRANDA, Élida. *Fundo PositHIVo. Caminhos para a sustentabilidade da resposta social à epidemia de HIV/AIDS no Brasil. Filantropia de justiça social, sociedade civil e movimentos sociais no Brasil*. Graciela Hopstein (org.). 1. ed. - Rio de Janeiro: E-Papers, 2018. Disponível em: https://redefilantropia.org.br/uploads/arquivo/publicacoes/Livro_Filantropia-de-Justica-Social.pdf. Acesso em 25 set. 2019.

LOPES. Fernanda. Tese de Doutorado: *Mulheres negras e não negras vivendo com HIV/AIDS no Estado de São Paulo: um estudo sobre as vulnerabilidades*. Departamento de Epidemiologia da Faculdade de Saúde Pública da Universidade de São Paulo, 2003. Disponível em: <https://www.teses.usp.br/teses/disponiveis/6/6132/tde-10102006-144443/publico/FernandaTESE.pdf>. Acesso em 30 jun. 2023.

LOUTZENHEISER, Lisa W.; MOORE, Shannon D. M. Escolas seguras, sexualidade e educação crítica. In.: APPLE, Michael; AU, Wayne; GANDIN, Luís Armando. *Educação crítica: análise internacional*. Porto Alegre: Artmed, 2011.



MAIA, Érica. JUNIOR, Leandro. Modos de Enfrentamento do HIV/AIDS: direitos humanos, vulnerabilidades e assistência à saúde. *Revista NUFEN: phenomenology and interdisciplinarity*. | Belém, 11(1), 178-193, jan. – abr., 2019. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-25912019000100012&lng=pt&nrm=iso&tlng=pt. Acesso em 30 jun. 2023.

MBEMBE, Achille. Necropolítica. *Arte & Ensaios | revista do pp gav/eba/ufrj* | n. 32 | dezembro 2016.

NEVES, Mariana B. A. S., GOMES, Cândido A. C., Educação em sexualidade: “verdade ou consequência”. In: *Revista Brasileira de Sexualidade Humana - RBSH 2016*, 27(1); pp. 25-36. Disponível em https://www.academia.edu/33194136/Ed_sexualidade_pdf . Acesso em 30 jun. 2023.

OLIVEIRA, José Marcelo Domingos de; MOTT, Luiz. *Mortes Violentas de LGBTI+ no Brasil 2021*. Grupo Gay da Bahia, Aliança Nacional LGBTI+, 2022. Disponível no link: <https://grupogaydabahia.files.wordpress.com/2022/03/mortes-violentas-de-lgbt-2021-versao-final.pdf> acesso: 28/06/2023

OLIVEIRA, Elismênnia A.; SILVA, Gabriela P. V.. Políticas antigênero na América Latina: desdobramentos teóricos no debate feminista. 2020. Disponível em: file:///D:/Users/Lucas/Downloads/ANPOCS_2020%20gabriela%20peixoto%20elism%C3%AAnia%20oliveira.pdf Acesso em: 07 de junho de 2023

PAIVA V, ANTUNES MC, SANCHEZ MN. O direito à prevenção da Aids em tempos de retrocesso: religiosidade e sexualidade na escola. *Interface (Botucatu)*. 2020; 24: e180625. Disponível em <https://www.scielo.br/j/icse/a/SbJ4wW39xzdCHT5gnDnwxCg/?lang=pt>. Acesso em 30 jun. 2023.

VERGUEIRO, V. *Pensando a cisgeneridade como crítica decolonial*. In: MESSEDER, S., CASTRO, M.G., and MOUTINHO, L., orgs. *Enlaçando sexualidades: uma tessitura interdisciplinar no reino das sexualidades e das relações de gênero* [online]. Salvador: EDUFBA, 2016, pp. 249-270.



SCIENTIFIC PRODUCTION ON LGBTQIAP+, HIV/AIDS AND EDUCATION TOPICS PUBLISHED IN LATIN AMERICA IN THE LAST 10 YEARS.

Abstract: This research aims to ascertain the production of articles involving the themes of LGBTQIAP+, HIV/AIDS and their intersections with education, published in Latin America, in the last 10 years. To this end, the scientific production available on the CAPES Periodicals portal (2013 – 2022) was analyzed and selected based on the descriptors “Educ and LGBT”, “Educ and HIV”, “Educ and AIDS”. The following categories “production concentration”, “thematic axis” and “methodology” were analyzed in light of the theoretical framework expressed in the works of Santomé (2011), Paiva (2020), Mbembe (2016) e Sena (2020). In conclusion to this research, it is possible to state that within the Capes platform, scientific production on LGBTQIAP+, HIV/AIDS and educational themes are focused 96% on a Brazilian context and widely published in scientific, educational and health magazines emphasizing the thematic axes of health, education, sexual diversity, and educational policy predominantly using interviews and questionnaires focusing on young people and teachers based mainly on the contributions of Judith Butler and Cláudia Pereira Vianna.

KEY WORDS: Education. LGBTQIAP+. HIV/AIDS. Latin America.

Élida Miranda dos SANTOS

Doutoranda, mestre em educação e especialista em gestão de políticas públicas , ambos pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo – PUC/SP. Coordenadora executiva do Fundo Positivo e gerente de projetos, atuante no campo dos direitos humanos desde a adolescência, coordenando diversos trabalhos na área. Foi conselheira nacional de juventude por duas gestões representando o Geledés – Instituto da Mulher Negra e coordenadora do projeto de comunicação para os direitos humanos da Fundação Fundo Brasil de Direitos Humanos.

E-mail: elidamirandasantos@gmail.com

Lucas Silva DANTAS

É pesquisadore de Gênero, Sexualidade e Diversidade na Educação. É Doutoranda em Educação: História, Política, Sociedade pela Pontifícia Universidade Católica de São Paulo (PUC-SP), onde concluiu o Mestrado com bolsa da Coordenação de



Élida Miranda dos Santos, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo
Lucas Silva Dantas, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo

Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). É licenciada em Letras-Português pelo Instituto Singularidades (IS), onde atua como professora na Pós-Graduação em Inclusão Escolar e Diversidade: Questões Conceituais e Instrumentalização de Práticas, na Pós-Graduação em Psicopedagogia: Práticas Educacionais e Contextos da Educação e na na Pós-Graduação em Psicopedagogia EAD. Atualmente compõe a Associação dos Pós-Graduandos da PUC São Paulo coordenando a Comissão da Diversidade. Como Educadora e Pesquisadora desenvolve formações sobre Gênero, Sexualidade, Inclusão e Diversidade para escolas, instituições, associações e coletivos.

E-mail: 4121lucas@gmail.com

Recebido em: 10/07/2023

Aprovado em: 07/02/2024